

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 - (Valores expressos em milhares de reais)

b. Movimentação dos investimentos

Table with columns: Real Empreendimentos S.A., Josapar S.A., 2009, 2008. Rows include: No início do exercício, Efeito variação cambial, IR, CSLL sobre reservas reavaliação e outros, Equivalência patrimonial, No final do exercício.

6. IMOBILIZADO E INTANGÍVEIS

Table with columns: Taxa anual de depreciação (%), Custo corrigido reavaliado, Depreciação acumulada, Valor líquido, Valor líquido. Rows include: Terrenos, Edifícios e benfeitorias, Móveis, utensílios, instalações, máquinas e equipamentos, Veículos, sistema e equipamentos, Construções em andamento/ Adiantamentos, Total.

Table with columns: Taxa anual de depreciação (%), Custo corrigido reavaliado, Depreciação acumulada, Valor líquido, Valor líquido. Rows include: Terrenos, Edifícios e benfeitorias, Móveis, utensílios, instalações, máquinas e equipamentos, Veículos, sistema e equipamentos, Construções em andamento/ Adiantamentos, Total.

As contas do ativo imobilizado incluem reavaliações de R\$4.572mil (R\$5.262 mil em 2008), (consolidado: 2009 - R\$21.578 mil; 2008 - R\$23.096 mil), líquidas das depreciações acumuladas, relativas a bens imóveis, prédios e terrenos, decorrentes de laudo de reavaliação datado de 31 de março de 1995, que utilizou como métodos o valor de mercado para os terrenos e o custo de reposição para os prédios.

O saldo de intangíveis está composto da seguinte forma:

Table with columns: Marcas e patentes/direito de uso, Softwares, Total. Rows include: Saldos em 31 de dezembro de 2008, Adições, Amortização, Saldos em 31 de dezembro de 2009, Vida útil - 5 anos, Taxa de amortização - 20%.

7. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Table with columns: Circulante, Longo prazo, Total. Rows include: Em moeda nacional: Capital de giro, Investimentos; Em moeda estrangeira: Capital de giro, Investimentos; Total.

Table with columns: Circulante, Longo prazo, Total. Rows include: Em moeda nacional: Capital de giro, Investimentos; Em moeda estrangeira: Capital de giro, Investimentos; Total.

a. Emprestamentos nacionais: Os empréstimos de investimentos são atualizados de acordo com a variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo e UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA - BNDES, acrescidas do spread bancário e em taxa pré-fixada de 4,5% a.a. Os financiamentos de capital de giro são atualizados pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário.

b. Empréstimos internacionais: Os empréstimos em moeda estrangeira no passivo circulante são equivalentes a US\$ 5.330 mil (US\$ 14.306 mil em 31.12.2008), e estão representados por financiamentos de importação - cujos encargos incluem variação cambial acrescida de spread bancário; e provisão para discussão judicial com a IFCC, cujo valor divergente remanescente em 31.12.2009 R\$ 6.244 (31.12.2008 R\$ 7.461) e está contabilmente provisionado.

8. SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos decorrentes das operações realizadas durante os exercícios com as partes relacionadas podem ser resumidos como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2009, 2008. Rows include: Real Empreendimentos S.A., Realizável a longo prazo, Receita financeira, Granjas 4 Irmãos S.A., Exigível a longo prazo, CPV - compra de matéria-prima, Despesas financeiras sobre mútuos, Outras: Realizável a longo prazo, Exigível a longo prazo.

9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2009, 2008. Rows include: IR e CS sobre reavaliações e depreciação acelerada, PIS e COFINS (compensação não homologada), PAES/REFIS.

As provisões para Imposto de Renda e contribuição social sobre reavaliações, e Imposto de Renda sobre depreciação acelerada incentivada foram constituídas e ajustadas de acordo com as alíquotas previstas na legislação tributária em vigor.

Os débitos de PIS e Cofins, no valor de R\$10.032 (mil), decorrem de processo de julgamento com créditos de IPI sobre insumos, cujo processo ainda não transitou em julgado, motivo pelo qual a Companhia optou por reclassificá-los para o longo prazo. A atualização monetária desse valor está devidamente provisionada e realocada para conta de provisão para contingências (nota explicativa nº 15.a).

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2009, 2008. Rows include: Contribuição social diferida, Imposto de renda diferido.

b. Composição da despesa tributária

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2009, 2008. Rows include: Corrente, Contribuição social, Imposto de Renda, Diferido, Contribuição social, Imposto de Renda.

c. Conciliação do imposto de renda e contribuição social do exercício

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2009, 2008. Rows include: Resultado antes da CS e do IR, Despesa tributária pela alíquota oficial (IR - 25%; CS - 9%), Excluídas (adições) permanentes, Excluídas (adições) temporárias, Juros s/ capital próprio/ equivalência, Outros.

A Companhia reconheceu em exercícios anteriores, créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre saldos de variação cambial diferido, conforme a Deliberação CVM nº. 371/02, os quais têm previsão de realização de acordo com os vencimentos dos contratos em moeda estrangeira.

Neste exercício foram constituídos créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, cujos valores, líquidos

O total dos débitos, objeto do novo programa, monta R\$ 21.621 mil, já líquidos dos benefícios de redução de multas e juros proporcionados pela Lei 11.941/2009, conforme regulamentado pela Portaria Conjunta PGFN/RFNB nº. 06/09. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 1.356 mil, resultado da composição, ainda pendente de consolidação junto a PGFN/RFNB, conforme o quadro a seguir:

Table with columns: Valor líquido após benefícios da lei 11.941/2009, Créditos Fiscais IRPJ e CSLL s/ Prejuízos, Liquidados com Depósitos Judiciais, Pagamento à vista RFB PGFN INSS, Pagamento Parcela RFB PGFN INSS, Atualização Monetária SeliC até 31.12.2009, Saldo em 31.12.2009 para parcelamento mínimo em 180 vezes.

15. CONTINGÊNCIAS E QUESTIONAMENTOS LEGAIS

a. A Companhia adota o critério de constituir provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como de perda provável e um percentual, considerado razoável por seus administradores, para as causas de perda classificadas como possíveis. Em 31 de dezembro de 2009, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$32.142mil - controladora e R\$41.358mil - consolidado. (O montante constituído das provisões está sendo apresentado neste exercício líquido dos depósitos judiciais).

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2009, 2008. Rows include: Passivo circulante: Provisão para contingências, Depósitos judiciais; Passivo exigível a longo prazo: Provisão para contingências; Total provisões líquidas dos depósitos judiciais.

b. A Companhia pleiteia a manutenção de créditos sobre a aquisição de insumos tributados pelo IPI e utilizados para a industrialização de produtos com saídas não tributadas (NT), por meio de processo iniciado em setembro de 2001, que se encontra no Supremo Tribunal Federal, com decisão favorável, aguardando julgamento de recurso extraordinário interposto pela União. O valor desse crédito, atualizado para 31 de dezembro de 2009, é de R\$ 17.485mil - controladora e consolidado (31 de dezembro de 2008: R\$16.531 mil - controladora e consolidado) e não está contabilizado, aguardando decisão final.

das parcelas constituídas até 31 de março, as quais foram integralmente utilizadas para compor a liquidação de débitos declarados no programa de Parcelamento Especial da Lei 11.941/2009 (nota 14), estão registrados no ativo realizável a longo prazo.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. A GE realizada em 17 de dezembro de 2009, foi aprovado o aumento de capital, sem modificação do número de ações, com o aproveitamento do saldo de R\$35.385 mil da reserva de incentivos fiscais e R\$22.016 da reserva estatutária, perfazendo um aumento no capital social no valor de R\$57.401 mil. Em 31 de dezembro de 2009 o Capital social é de R\$ 120.000 mil composto por 10.582.361 ações, sendo 10.450.993 ações ordinárias e 131.368 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

b. Dividendos

O Estatuto prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 30% do lucro líquido ajustado do exercício. As ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido ajustado do exercício. Demonstração do cálculo dos dividendos submetidos à aprovação da Assembleia.

Table with columns: 2009, 2008. Rows include: Lucro do exercício, Reserva legal, Lucro líquido ajustado para cálculo dos dividendos, Cálculo dos dividendos, Dividendos propostos.

Os dividendos correspondem a R\$91,21 por lote de mil ações ordinárias e R\$100,33 por lote de mil ações preferenciais.

12. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas com sinistros. Em 31 de dezembro de 2009, o valor em risco decorrido foi de R\$626.965 mil (R\$471.124 mil em 2008) e o ressarcimento máximo em caso de sinistro está limitado a R\$100.000mil (R\$117.659mil em 2008), que leva em consideração os riscos inerentes dos ativos.

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Instrução Normativa CVM nº 550/08, a Companhia e suas controladas procederam a uma análise de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado.

O método de avaliação dos principais ativos e passivos expostos a variações financeiras estão descritos na nota explicativa nº 3, sendo que seus saldos no balanço patrimonial representam substancialmente os seus valores de realização e de liquidação. O envolvimento e o resultado das operações são afetados pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano e UMBNDES). O quadro abaixo demonstra a exposição cambial líquida da Companhia:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2009, 2008. Rows include: Ativos: Aplicações financeiras, Contas a receber de clientes; Passivos: Empréstimos e financiamentos; Exposição ativa ((passiva) líquida).

Dentre os riscos dos instrumentos financeiros, a Companhia está exposta basicamente à variação cambial e flutuação de taxas de juros. Em 31 de dezembro 2009, não havia operações em aberto envolvendo instrumentos derivativos.

A Companhia e suas controladas não mantêm instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2009. A Companhia e suas controladas não contrataram nem realizaram operações financeiras classificadas como derivativos.

14. PLANO DE READEQUAÇÃO FISCAL

Segundo a política de reduzir contingências fiscais, já adotada pela Companhia em relação ao REFIS e ao PAES, neste exercício a empresa aderiu ao programa instituído pela Lei 11.941/2009, incluindo depósitos de liquidação por falta de homologação da compensação de créditos por parte da RFB. A Companhia optou por não incluir o saldo remanescente do PAES, Lei 10.864/03 novo parcelamento, cujo saldo em 31 de dezembro de 2009 era de R\$ 2.531 mil (R\$ 3.121 mil em 31.12.2008).

O total dos débitos, objeto do novo programa, monta R\$ 21.621 mil, já líquidos dos benefícios de redução de multas e juros proporcionados pela Lei 11.941/2009, conforme regulamentado pela Portaria Conjunta PGFN/RFNB nº. 06/09. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 1.356 mil, resultado da composição, ainda pendente de consolidação junto a PGFN/RFNB, conforme o quadro a seguir:

Table with columns: Valor líquido após benefícios da lei 11.941/2009, Créditos Fiscais IRPJ e CSLL s/ Prejuízos, Liquidados com Depósitos Judiciais, Pagamento à vista RFB PGFN INSS, Pagamento Parcela RFB PGFN INSS, Atualização Monetária SeliC até 31.12.2009, Saldo em 31.12.2009 para parcelamento mínimo em 180 vezes.

c. A Companhia também postula, por meio de processo judicial no STF, impetrado em 2000, a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2009, calculado a partir de 1995 até o advento das Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/04, ainda não contabilizado, está em R\$ 27.491 mil - controladora e consolidado (31 de dezembro de 2008: R\$ 26.168 mil - controladora e consolidado). Atualmente, essa tese encontra-se com julgamento suspenso no Supremo Tribunal Federal, por pedido de vistas de ministros, e está com placar favorável aos contribuintes de seis votos, contra um para o fisco.

16. LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO, RESULTADO FINANCEIRO, EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL, DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES (EBITDA)

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2009, 2008. Rows include: Lucro operacional antes do resultado financeiro, Equivalência patrimonial, Depreciações e amortizações do permanente, EBITDA.

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos, interpretações e orientações foram emitidos durante o ano de 2009 com aplicação mandatória para os exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e para as demonstrações contábeis de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação. A Administração da Empresa está em processo de avaliação dos potenciais efeitos relativos aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Lauro de Oliveira Lapa (Presidente), Luciano Adures de Oliveira (Vice-Presidente), Ary Teixeira de Oliveira, Augusto Lauro de Oliveira Júnior, Joaquim Luiz Teixeira de Oliveira, João Carlos de Oliveira Júnior, Sérgio Martins de Oliveira (Conselheiros).

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Everaldo Luiz Meireles Gonçalves (Gerente Geral de Controladoria), Mara Lúcia Soares da Fonseca (Contadora CRC-RS 50.772).

DIRETORIA

Luciano Adures de Oliveira (Diretor Presidente), Augusto Lauro de Oliveira Júnior (Diretor vice-presidente e de Relações c/ Investidores), Luiz Augusto Barcelos Krause (Diretor de Vendas e Logística), Marcelo Augusto Furlan dos Santos (Diretor Administrativo Financeiro).

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Diretores e Acionistas da Josapar Joaquim Oliveira S.A. - Participações, Pelotas - Rio Grande do Sul.

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Josapar Joaquim Oliveira S.A. e respectivas demonstrações (controladora e consolidado) em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborado sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. 2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das

estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Josapar Joaquim Oliveira S.A. - Participações (controladora e consolidado) em 31 de dezembro de 2009 e 2008, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2010. Paulo Ricardo Pinto Alaniz Sócio-contador CRC 1RS 042.460/O-3 BDO Trevisan Auditores Independentes CRC 2 SP013439/O-5'S'RS

